

NUBIA REGINA VENTURA

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DE PROCESSO NAS CORTES SUPERIORES

Limites e possibilidades de
concretização do acesso
à justiça no STJ

COLEÇÃO

Acesso à justiça, processo e igualdade

Londrina/PR
2023

**THOTH**
EDITORA

ORGANIZADORES

Nubia Regina Ventura

Susana Henriques da Costa

João Eberhardt Francisco

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)

Bibliotecário: Rodrigo Alexandre
Rodrigues, CRB9 / 2005



Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: André Luiz Lanza
Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

I61

A inteligência artificial como instrumento de gestão de processo nas cortes superiores: limites e possibilidades do acesso à justiça no STJ / organização de Nubia Regina Ventura, Susana Henriques da Costa, João Eberhardt Francisco - Londrina: Editora Thoth, 2023.

235 p. (Coleção Acesso à justiça, processo e igualdade)

ISBN 978-65-5959-492-4

1. Inteligência artificial. 2. Supremo Tribunal de Justiça. 3. Direito - Inovações tecnológicas. I. Título.

CDD 006.3
CDU 007.52

Índices para catálogo sistemático

1. Inteligência artificial: 006.3

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| SOBRE A AUTORA | 7 |
| ORGANIZADORES | 9 |
| APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO..... | 13 |
| PREFÁCIO | 15 |
| LISTA DE ABREVIACÕES | 19 |
| INTRODUÇÃO | 23 |

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

| | |
|--|----|
| SE TUDO É MEIO, QUAL O FIM QUE QUEREMOS? | 33 |
| 1.1 Técnica e tecnologia | 34 |
| 1.2 Direito e processo, técnica e tecnologia..... | 40 |
| 1.2.1 Instrumentalidade do processo, acesso à justiça e democracia | 45 |
| 1.2.2 Igualdade, acesso à justiça e devido processo legal..... | 51 |
| 1.2.3 Dimensões do acesso à justiça | 58 |
| 1.3 Litigância repetitiva como alvo de reformas nas políticas judiciárias | 63 |
| 1.4 Inteligência artificial (ia) como técnica a serviço do acesso à justiça..... | 65 |
| 1.4.1 Entendendo a IA | 65 |
| 1.4.2 Discriminação e opacidade algorítmica | 74 |
| 1.4.3 IA e Direito: aspectos gerais sobre o uso institucional..... | 80 |
| 1.4.4 Futurologia: entre otimismo e pessimismo no uso de tecnologia..... | 89 |

CAPÍTULO 2

| | |
|--|-----|
| O JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS PELO STJ E A IGUALDADE A PARTIR DE MARC GALANTER | 93 |
| 2.2 Marc Galanter e a arquitetura do sistema jurídico ideal: em busca da igualdade..... | 93 |
| 2.3 Assimetrias e potenciais vantagens dos litigantes habituais: o incremento tecnológico como nova variável..... | 96 |
| 2.4 Mapeamento do uso de ia no poder judiciário brasileiro | 107 |
| 2.5 contexto histórico de criação do STJ..... | 113 |
| 2.6 Acesso à justiça em movimento: percepções institucionais por meio dos discursos de posse dos ministros presidentes | 116 |
| 2.7 Gestão processual e sobrecarga de processos..... | 126 |
| 2.8 O julgamento dos processos repetitivos: questões doutrinárias | 130 |

| | |
|--|-----|
| 2.9 A decisão de afetação e o recurso representativo de controvérsia (RRC) . | 135 |
| Conclusão parcial da primeira parte (capítulos 1 e 2)..... | 139 |

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 3

| | |
|--|-----|
| DESVENDANDO O <i>ATHOS</i> POR MEIO DE PESQUISA EMPÍRICA . | 145 |
| 3.1 A inteligência artificial no STJ: entendendo o <i>Athos</i> | 145 |
| 3.2 O caminho do resp no STJ na sistemática dos repetitivos..... | 154 |
| 3.2.1 Recursos passíveis de se tornarem Recursos Representativos da Controvérsia (RRC's) e seu caminho no STJ até a distribuição para o Ministro Relator: visão geral..... | 155 |
| 3.2.1.1 Secretaria Judiciária: primeira triagem..... | 157 |
| 3.2.1.2 NARER (Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos): segunda triagem..... | 160 |
| 3.2.1.3 NUGEPNAC..... | 161 |
| 3.2.1.4 Escolha do RRC's pelos Tribunais de Origem..... | 165 |
| 3.2.1.5 Escolha dos RRC's pelo STJ..... | 170 |
| 3.3 Proposta de afetação pelo relator..... | 171 |
| 3.4 Sessão de afetação eletrônica..... | 176 |
| 3.5 A definição de multiplicidade de processos e critérios de afetação..... | 179 |
| 3.6 Uma visão geral dos dados sobre afetação de RRC's no STJ..... | 182 |
| 3.6.1 Tentativa de afetação de matéria já discutida..... | 190 |
| 3.7 Um olhar mais atento às decisões de afetação..... | 192 |
| 3.8 O contraditório na decisão de afetação..... | 197 |
| 3.9 O grande litigante..... | 199 |
| 3.10 Filtro de relevância do recurso especial..... | 201 |
| CONCLUSÃO..... | 211 |
| REFERÊNCIAS..... | 221 |
| ANEXOS..... | 233 |